

PROCEDIMENTO N.º 4/2025

**CONCURSO PÚBLICO
PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE
IMAGIOLOGIA POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA 1.5
TESLA PARA O HOSPITAL DA HORTA, E.P.E.R. NO
ÂMBITO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E
RESILIÊNCIA, DIMENSÃO RESILIÊNCIA,
COMPONENTE 01, INVESTIMENTO RE-C01-I08-RAA
– HOSPITAL DIGITAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS
AÇORES, MEDIDA 2 – DIGITALIZAÇÃO DO SECTOR
DA SAÚDE**

CADERNO DE ENCARGOS

CLASSIFICAÇÃO CPV

33113000-5: Equipamento de imagiologia por ressonância magnética

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| TÍTULO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS | 3 |
| CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS | 3 |
| CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS | 5 |
| SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO | 5 |
| SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE | 13 |
| CAPÍTULO III - PREÇO | 14 |
| CAPÍTULO IV - PRAZO | 16 |
| CAPÍTULO V - CUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO | 17 |
| SECÇÃO I – INCUMPRIMENTO DO ADJUDICATÁRIO, PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO | 17 |
| SECÇÃO II - INCUMPRIMENTO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E RESOLUÇÃO | 24 |
| CAPÍTULO VI - CAUÇÃO E SEGUROS | 25 |
| CAPÍTULO VII - VICISSITUDES CONTRATUAIS | 26 |
| CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS | 28 |
| TÍTULO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS | 31 |
| TÍTULO III - CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS | 32 |

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

TÍTULO I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Primeira

Objeto

O presente Caderno de Encargos (CE) estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas, e compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde.

Cláusula Segunda

Partes outorgantes

As partes outorgantes no contrato são:

- a)** A Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2025 de 31 de março;
- b)** O adjudicatário, pessoa singular ou coletiva, legalmente constituída, podendo no entanto, fazer-se representar por pessoa com poderes para a celebração do contrato.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Terceira

Disposições por que se rege a execução do contrato

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre a entidade adjudicante e o adjudicatário;
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual;
 - c) Ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua redação atual;
 - d) A restante legislação portuguesa aqui não citada, mas aplicável, nomeadamente relativa a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, segurança social e segurança no trabalho.
2. A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social (SRSSS), nos termos da Resolução do Conselho do Governo n.º 46/2025 de 31 de março.
3. Por adjudicatário entende-se a entidade a quem for adquirido o equipamento de imagiologia por ressonância magnética.
4. Para além do disposto neste CE, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de tudo o demais que se encontrar em vigor e que se relacione com o fornecimento.
5. Além dos documentos normativos indicados neste CE, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que seja aplicável, e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e os documentos de homologação de organismos oficiais, e as instruções de fabricantes ou detentores de patentes.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

6. A entidade adjudicante pode, em qualquer momento, exigir ao adjudicatário a comprovação do documento das disposições regulamentares e normas aplicáveis.

Cláusula Quarta

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato é reduzido a escrito.
3. Aplica-se o disposto pelo artigo 96.º do CCP quanto aos elementos que fazem parte integrante do contrato, bem como quanto às regras de prevalência em caso de divergência entre os mesmos.
4. O adjudicatário que tenha dúvidas na interpretação dos documentos contratuais deve colocá-las ao gestor do contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula Quinta

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - a) Proceder à entrega e instalação dos bens identificados na proposta, no local definido pela entidade adjudicante, conforme as características técnicas mínimas, os prazos e os requisitos definidos no presente CE e demais documentos contratuais;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- b) Realizar todos os trabalhos necessários ao bom funcionamento do equipamento, nomeadamente quanto ao sistema de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC), instalação de blindagem e vidro e sala de apoio;
- c) Assegurar o fornecimento de peças e componentes de substituição, por um período não inferior a 10 (dez) anos;
- d) Garantir os bens objeto do presente procedimento pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do auto de receção, responsabilizando-se relativamente à qualidade e substituição em caso de defeito;
- e) Obrigação de continuidade de fabrico dos bens e respetivos componentes;
- f) Realizar a expensas suas todos os trabalhos adicionais que possam surgir e que sejam necessários à instalação dos equipamentos, incluindo salas envolventes (comando, zona técnica, zona de preparação);
- g) Realizar as ações de formação certificadas, adequadas a todo o material fornecido (equipamento e *software*) a todos os profissionais que operam o equipamento e *software*;
- h) Garantir que são realizados todos os testes de aceitação do equipamento e *software*, na presença do representante da entidade adjudicante, ou outra entidade por esta designada;
- i) Estarem registados no Portal Nacional de Fornecedores do Estado ou, em alternativa, manterem atualizado o endereço da sede social, bem como os documentos comprovativos da regularidade da sua situação tributária e contributiva, junto da entidade adjudicante;
- j) Comunicar no prazo máximo de 10 (dez) dias, quaisquer alterações ao pacto social;
- k) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tomem total ou parcialmente impossível, em termos objetivos, o cumprimento de qualquer obrigação contratual ou legal e que possam comprometer a boa execução do contrato;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- l) Prestar de forma fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens;
 - m) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante quanto aos bens, designadamente quanto às respetivas especificações técnicas, homologações, certificações, transporte ou rotulagem;
 - n) Não alterar as condições contratuais estabelecidas sem prévia autorização da entidade adjudicante;
 - o) Comunicar qualquer alteração do adjudicatário com relevância para a execução do contrato;
 - p) Cumprir escrupulosamente todas as obrigações legais e contratuais em matéria de proteção de dados pessoais;
 - q) Guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
 - r) Nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e informar, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre qualquer alteração relativa à sua nomeação.
2. O adjudicatário recorre a todos os meios que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens objeto do contrato, tendo em vista a organização e boa execução do contrato.

Cláusula Sexta

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no TÍTULO III do presente CE, bem como proceder à respetiva instalação.
2. Efetuada a entrega dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo máximo de 5 (cinco) dias

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas no TÍTULO III ao presente CE e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos naquele título e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei, reservando-se a entidade adjudicante ou o Hospital da Horta, E.P.E.R., a todo o tempo, o direito de proceder às verificações convenientes

3. Os bens objeto do contrato devem ser novos, não podendo ter sido utilizados previamente, nem conter peças, componentes ou equipamentos reciclados ou que já tenham sido previamente utilizados, e entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
4. No ato da entrega, a entidade adjudicante deve, por si ou intermédio de terceiro por ela designado, diligenciar as operações de verificação quantitativa e qualitativa que julguem convenientes.
5. A opção de verificação quantitativa tem por objetivo a comprovação da conformidade dos equipamentos entregues face ao número de equipamentos previstos no contrato.
6. A operação de verificação qualitativa, que assume a forma de controlo visual e recorrendo a testes, tem por objetivo a comprovação de inexistência de defeitos nos equipamentos, assim como a garantia de que cumpre os requisitos técnicos definidos no presente CE, e que estão assegurados os equipamentos opcionais apresentados na proposta
7. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade e garantia dos bens.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

8. O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que estes lhe são entregues.

Cláusula Sétima

Entrega dos bens

1. Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Hospital da Horta, E.P.E.R., no serviço de imagiologia, em local designado por esta entidade, no prazo constante da proposta adjudicada, sem prejuízo do prazo máximo para entrega estipulado neste CE.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização, consumo ou funcionamento daqueles.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, bem como, todos os encargos com a respetiva instalação, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula Oitava

Inspeção e testes aos bens

1. Após a entrega e instalação, os equipamentos podem ainda ser objeto de testes de aceitação que vierem a ser impostos pelas entidades competentes.
2. O adjudicatário deve prestar à entidade adjudicante e/ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R. toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários durante a fase de entrega e de testes, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente identificadas para o efeito.
3. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Nona

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias dos bens

1. No caso dos testes previstos na anterior cláusula não comprovarem a total operacionalidade e funcionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente CE, e na proposta adjudicada, a entidade adjudicante deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, ou por terceiro por ela designado, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante e/ou o Hospital da Horta, E.P.E.R. procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula Décima

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula Oitava comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no TÍTULO III do presente CE, deve ser emitido um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da entidade adjudicante, ou por outra entidade por esta designada em sua representação.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o número anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante,

Procedimento n.º 4/2025

bem como o risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 da presente cláusula não implica a aceitação de eventuais defeitos ou discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no TÍTULO III do presente CE.

Cláusula Décima Primeira

Rejeição dos bens

1. Quando a entidade adjudicante ou o Hospital da Horta, E.P.E.R. verificarem que os bens fornecidos não se encontram de acordo com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no TÍTULO III do presente CE, deverão comunicar de imediato o adjudicatário, dando um prazo razoável para este proceder, à sua custa, à substituição, alteração e complemento necessário para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
2. Para os efeitos previstos no número anterior, caso o adjudicatário não tenha efetuado, em devido tempo, a substituição dos produtos rejeitados ou a execução das obras previstas, pode a entidade adjudicante adquirir o bem e executar a obra através de outro contratante, ficando o adjudicatário responsável por todos os encargos decorrentes da situação causada.
3. Em casos excecionais, devidamente fundamentados, e mediante acordo entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, o prazo estipulado no n.º 1 desta cláusula poderá ser alargado.
4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, constitui fundamento para verificação do incumprimento definitivo do contrato pelo adjudicatário a não instalação do bem e/ou ação de execução das obras adjudicadas se, após notificado para o efeito, não apresentar qualquer justificação, bem como não demonstrar a possibilidade de ainda executar o contrato em prazo adequado.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

5. Após o verificado no n.º 1 da presente cláusula, a entidade adjudicante ou o Hospital da Horta, E.P.E.R. procedem a nova verificação nos termos da Cláusula Sexta, após o que, caso se comprove a conformidade, aceitam o bem.

Cláusula Décima Segunda

Encargos gerais

1. O adjudicatário é responsável pelo pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do Contrato nos territórios do país ou países do adjudicatário, ou de passagem em transporte.
2. O disposto no número anterior aplica-se ainda à obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos ou taxas exigidas pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário na execução do Contrato.

Cláusula Décima Terceira

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que, à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, sejam comprovadamente do domínio público, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Décima Quarta

Direitos de propriedade intelectual

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas, licenças ou outros direitos de propriedade intelectual ou industrial.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula Décima Quinta

Obrigações da entidade adjudicante

Constituem obrigações da entidade adjudicante:

- a)** Celebrar contrato com o adjudicatário, nas condições expressas no presente CE;
- b)** Celebrar acordo de subcontratação do tratamento de dados pessoais com o adjudicatário, nos termos da legislação nacional e comunitária em vigor, se aplicável;
- c)** Monitorizar o fornecimento dos bens no que respeita ao cumprimento das características técnicas, prazos, locais e requisitos de fornecimento, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento, por si ou por terceiro designado pela entidade adjudicante;
- d)** Nomear um gestor do contrato, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula Décima Sexta

Obrigações acessórias

1. A entidade adjudicante compromete-se a:

- a) Promover as aquisições dos equipamentos ao abrigo dos critérios em matéria dos contratos públicos ecológicos da União Europeia;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- b) Assegurar que os equipamentos cumprem os requisitos definidos no Decreto–Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, quanto à sua conceção ecológica, sempre que aplicável, e assegurar que não contém as substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho, transposta pelo Decreto–Lei n.º 79/2013, de 11 de junho;
 - c) Proceder à publicitação dos apoios concedidos ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, nos termos da regulamentação e legislação aplicáveis.
2. O Hospital da Horta, E.P.E.R. compromete-se a elaborar um Plano de Gestão de Resíduos, que deverá incluir especificações técnicas sobre a durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade dos equipamentos a adquirir, se aplicável.

CAPÍTULO III

PREÇO

Cláusula Décima Sétima

Características do preço

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a entidade adjudicante paga ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada pelos bens efetivamente consumidos, em cumprimento do preço contratual estabelecido, de acordo com as especificações exigidas ao qual acresce o Imposto de Valor Acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas que se revelem necessários à execução contratual, excluindo-se a imputação à entidade adjudicante de quaisquer outros encargos que não estejam expressamente atribuídos.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

3. Não é devida a cobrança de quaisquer valores que não sejam os referidos no presente CE.
4. Para efeitos de apresentação das propostas, o preço unitário deve ser expresso em 4 (quatro) casas decimais, sem necessidade da sua indicação por extenso.
5. Se os concorrentes não apresentarem preços unitários com 4 (quatro) casas decimais, será assumido que as restantes em falta, à sua direita, serão de valor igual a zero e consideram-se tantos zeros quantas as casas decimais em falta.
6. Os preços devem sempre referir-se ao fornecimento indicado no CE, - que inclui todos os equipamentos e trabalhos de adaptação, nomeadamente o equipamento de Ressonância Magnética de 1.5T, maca, cadeira de rodas, *chiller*, climatização através da instalação de UTA autónoma e ventilo-convetores, quadro elétrico dedicado, blindagem da sala, cabine, acabamentos interiores, entre outros aspetos relevantes, - e este preço unitário não deve exceder o preço máximo estipulado na Cláusula Décima Oitava.

Cláusula Décima Oitava

Preço base

O preço base do presente procedimento – e que se fundamenta no preço atualizado resultante de consulta preliminar ao mercado – é de 1.300.000,00 € (um milhão e trezentos mil euros), nos termos do disposto pelo artigo 47.º do CCP, no qual não se inclui o IVA.

Cláusula Décima Nona

Condições de pagamento

1. Os pagamentos são efetuados pela entidade adjudicante no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s), a(s) qual(is) só pode(m) ser emitida(s) após o vencimento da obrigação respetiva e da(s) qual(is) deve constar o respetivo número de compromisso válido e sequencial.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto a que se refere o n.º 1 da Cláusula Décima.
3. A fatura deve ser emitida à Direção Regional da Saúde (NIPC 600 087 174), após o vencimento da obrigação que lhe subjaz, e ser remetida para o gestor do contrato.
4. Em caso de discordância quanto aos valores indicados na(s) fatura(s), deve a entidade adjudicante comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários, proceder à emissão de nova fatura corrigida ou emitir nota de crédito, caso aplicável.
5. Desde que devidamente emitida(s) e observado o disposto na presente cláusula, a(s) fatura(s) são pagas pela entidade adjudicante, por transferência bancária, para o NIB/IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo adjudicatário.
6. O processo de confirmação e verificação da fatura, para determinação da conformidade dos bens ou serviços, não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias.
7. Não serão efetuados adiantamentos ao adjudicatário.
8. Não serão efetuados pagamentos de prémios ao adjudicatário.

CAPÍTULO IV

PRAZO

Cláusula Vigésima

Prazo de entrega

1. O prazo de entrega do equipamento a adquirir, no âmbito do contrato a celebrar, é o que resultar da proposta adjudicada, não podendo exceder o prazo de vigência do contrato, sem prejuízo de considerar a respetiva instalação.
2. O adjudicatário deve garantir o fornecimento e instalação do equipamento no prazo previsto na proposta adjudicada, a contar da data de emissão de documento de compromisso ou documento equivalente, salvo situações excecionais devidamente

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

comprovadas, designadamente que ocorra um caso de força maior e que implique a suspensão da entrega.

Cláusula Vigésima Primeira

Prazo de vigência do contrato

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias, designadamente em termos de sigilo, garantia técnica e proteção de dados pessoais, que devam perdurar para além do termo do prazo contratual, o contrato produz efeitos desde a data da sua entrada em vigor, nomeadamente depois da obtenção do visto do Tribunal de Contas, até ao efetivo integral cumprimento de todas as obrigações contratuais previstas.
2. O adjudicatário executa o contrato no prazo de 125 (cento e vinte e cinco) dias desde a data de produção de efeitos do contrato.

CAPÍTULO V

CUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO

SECÇÃO I

**INCUMPRIMENTO DO ADJUDICATÁRIO, PENALIDADES CONTRATUAIS E
RESOLUÇÃO**

Cláusula Vigésima Segunda

Incumprimento

1. O adjudicatário responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados no âmbito do contrato, pela culpa ou pelo risco, advindos do não cumprimento exato e pontual das obrigações contratuais, no todo ou em parte, às quais está vinculado.
2. O adjudicatário responde igualmente, nos termos em que o comitente responde pelos atos do comissário, pelos prejuízos causados por terceiros contratados no âmbito do contrato.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

3. Pelas multas e indemnizações a pagar pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, no âmbito da execução contratual e, em segundo lugar, os restantes bens do adjudicatário.

Cláusula Vigésima Terceira

Mora do adjudicatário

1. O adjudicatário incorre em mora sempre que não der cumprimento pontual e integral às obrigações que, por determinação do contrato ou por determinação da entidade adjudicante, ao abrigo do mesmo, se encontrem sujeitas a prazo.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando, nas obrigações sujeitas a prazo, se verifique que o adjudicatário cumpriu de forma defeituosa as obrigações a que estava vinculado, a entidade adjudicante notifica-o para proceder ao cumprimento correto e integral das obrigações cumpridas defeituosamente, conferindo, para o efeito, um prazo adequado.
3. Não se aplica o disposto nos números anteriores quando o atraso se deva a atos imputáveis à entidade adjudicante ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R. ou que resultem de força maior, e ainda que quando o cumprimento se tenha tornado impossível.

Cláusula Vigésima Quarta

Resolução pela entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei ou no presente clausulado, e das indemnizações legais e contratuais devidas, a entidade adjudicante pode, em qualquer momento, resolver o contrato, a título sancionatório, quando o adjudicatário incumpra, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações previstas no CE ou no contrato, ou quando este, durante a sua vigência, se apresente em qualquer das seguintes condições:
 - a) Estado de falência ou insolvência;
 - b) Cessação de atividade;
 - c) Condenação por crime que afete a sua idoneidade profissional e não tenha

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- ocorrido a sua reabilitação judicial;
- d) Incumprimento pelo adjudicatário de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
 - e) Não manutenção da regularidade da situação tributária e contributiva, através da disponibilização dos respetivos documentos comprovativos atualizados ou da consulta ao Portal Nacional de Fornecedores do Estado;
 - f) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
 - g) Incumprimento, por parte do adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - h) Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes da entidade adjudicante, ou por terceiro por esta designado;
 - i) Violação sistemática das condições contratuais;
 - j) Se os atrasos, totais ou parciais, do fornecimento dos bens e serviços forem superiores a 30 (trinta) dias no prazo global, devidamente comprovados através de documentação fornecida pelo Hospital da Horta, E.P.E.R., ou o adjudicatário declarar, por escrito, que o atraso em determinada execução excederá esse prazo;
 - k) Se o adjudicatário em mora não realize a prestação no prazo que lhe haja sido razoavelmente fixado pela entidade adjudicante ou pelo Hospital da Horta, E.P.E.R.;
 - l) Oposição às operações de inspeção e testes;
 - m) Quando se verificar que as características do fornecimento não correspondem às que foram contratualmente acordadas;
 - n) A recusa em conformar a programação dos trabalhos com as necessidades e imperativos da atividade prestada no Hospital da Horta, E.P.E.R.;
 - o) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem o normal funcionamento da entidade adjudicante ou do Hospital da Horta, E.P.E.R.;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- p) Provocação de conflitos com os trabalhadores, utentes ou outras pessoas que se relacionem com a entidade adjudicante ou com o Hospital da Horta, E.P.E.R.;
 - q) Prestação de falsas declarações, incluindo relativamente a terceiros subcontratados;
 - r) Quebra de sigilo e confidencialidade nos termos definidos contratualmente;
 - s) Se o adjudicatário proceder à cessão da posição contratual ou subcontratação, de forma total ou parcial, realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, e sem autorização da entidade adjudicante;
 - t) Se estiverem reunidos os pressupostos da força maior, desde que a impossibilidade de cumprimento se torne definitiva ou implique comprovadamente um atraso na entrega do bem objeto do fornecimento superior ao permitido no contrato para este tipo de situação;
 - u) Se se verificar atraso no cumprimento das obrigações decorrentes de garantia superior ao prazo fixado pela entidade adjudicante no contrato;
 - v) Não renovação do valor da caução pelo adjudicatário, nos casos em que a tal esteja obrigado;
 - w) Valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária excedente ao limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP.
- 2.** O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e produz efeitos 10 (dez) dias após a receção dessa declaração, não sendo afastado se o adjudicatário cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondente, para além de que não determina a repetição do fornecimento já realizado, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.
- 3.** O não exercício do direito previsto na presente cláusula não implica a renúncia ao mesmo.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento, a entidade adjudicante poderá recorrer à faculdade prevista no artigo 318.º-A do CCP para a celebração de um novo contrato.

Cláusula Vigésima Quinta

Indemnização por resolução pela entidade adjudicante

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, fica este obrigado ao pagamento de uma indemnização, a título de cláusula penal indemnizatória, computada em 15% (quinze por cento) do respetivo preço contratual.
2. A indemnização deve ser paga no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao adjudicatário para esse efeito.
3. O previsto no número 1. não obsta a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula Vigésima Sexta

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária até ao limite de 2% (dois por cento) do preço contratual.
2. Sem prejuízo do direito de resolver o contrato, o não cumprimento dos prazos previstos no presente CE ou no contrato, por parte do adjudicatário, confere à entidade adjudicante o direito de aplicar, por cada dia de atraso, a sanção pecuniária diária calculada através da seguinte fórmula:

$$P = \frac{V}{100 \times Pe}$$

Em que:

P – Valor da penalidade por cada dia de atraso, em euros

V – Valor contratual, em euros;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Pe – Prazo de execução contratual

- 3.** Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
- 4.** As penalidades previstas na presente cláusula têm a natureza de cláusula penal indemnizatória, e consideram-se aplicadas por comunicação ao adjudicatário, por escrito.
- 5.** A dedução das importâncias das sanções aplicadas nos termos dos números anteriores será efetuada aquando do pagamento, devendo as faturas ser emitidas de acordo com as sanções aplicadas.
- 6.** As sanções contratuais devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação ao adjudicatário, por escrito, para esse efeito.
- 7.** As quantias devidas pelo adjudicatário a título de pena pecuniária serão deduzidas pela entidade adjudicante ao montante dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato.
- 8.** As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 9.** Sempre que um facto dê origem ao pagamento de penalidades e que possa originar a resolução do mesmo, a aplicação de penalidades que sejam devidas por esse facto não prejudica as obrigações indemnizatórias decorrentes da resolução do contrato.
- 10.** O valor global e os termos de aplicação das penalidades e indemnização devem respeitar os limites estipulados no artigo 329.º do CCP.
- 11.** Não haverá lugar ao pagamento de qualquer sanção, se o atraso for imputado à entidade adjudicante ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Vigésima Sétima

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato, e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, catástrofes naturais, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham, se aplicável;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados, se aplicável;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se deva a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A verificação de situação de força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

SECÇÃO II

INCUMPRIMENTO DA ENTIDADE ADJUDICANTE E RESOLUÇÃO

Cláusula Vigésima Oitava

Mora da entidade adjudicante

1. O atraso em qualquer pagamento pela entidade adquirente não autoriza o fornecedor a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer das obrigações previstas no contrato, salvo se o montante em dívida exceder os 25% (vinte e cinco por cento) do respetivo preço global.
2. O atraso em um ou mais pagamentos não determina o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

Cláusula Vigésima Nona

Resolução do contrato pelo adjudicatário

O adjudicatário apenas pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos na lei.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

CAPÍTULO VI

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula Trigésima

Caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do Programa do Procedimento, quando legalmente exigível, pode ser executada pela entidade adjudicante, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputado, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos artigos 89.º e 90.º do CCP, a caução que lhe seja exigida.
3. A perda de caução prejudica a possibilidade de uma ação de indemnização, tendo em vista o ressarcimento dos prejuízos sofridos pela entidade adjudicante ou pelo Hospital da Horta, E.P.E.R.
4. A resolução do contrato pela entidade adjudicante não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
5. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação da entidade adjudicante para esse efeito.
6. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Trigésima Primeira

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário, no âmbito da execução contratual, a cobertura, através de contratos de seguro obrigatório por lei, para os recursos técnicos ou humanos afetos ao serviço contratualizado e para os riscos inerente à realização de todas as prestações objeto do contrato a celebrar.
2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula Trigésima Segunda

Responsabilidade extracontratual

1. O adjudicatário responde, nos termos gerais de direito, por quaisquer danos causados pela sua culpa ou pelo risco, ou ainda pelos seus colaboradores, assim como por terceiros eventualmente subcontratados.
2. Pelas multas e indemnizações a pagarem pelos prejuízos causados respondem, em primeiro lugar, as importâncias que o adjudicatário tenha a receber, em segundo lugar, as cauções e finalmente os restantes bens do adjudicatário.

CAPÍTULO VII

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula Trigésima Terceira

Modificações objetivas ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da verificação do facto.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Ato administrativo da entidade adjudicante.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula Trigésima Quarta

Subcontratação

1. O adjudicatário só pode subcontratar com terceiros nos termos legalmente previstos, e com expressa autorização, por escrito, da entidade adjudicante.
2. Os subcontratados devem estar habilitados para o fornecimento objeto do procedimento e/ou para os serviços inerentes ao contrato.

Cláusula Trigésima Quinta

Cessão da posição contratual

1. No decurso do contrato, a entidade adjudicante pode, a pedido fundamentado do adjudicatário, autorizar a cessão da correspondente posição contratual.
2. Para efeitos de obtenção da autorização da cessão da posição contratual, deve ser apresentada, pelo eventual cessionário, toda a documentação exigida ao adjudicatário, nomeadamente de que não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, bem como a apresentação dos demais documentos de habilitação exigidos no Programa do Procedimento.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Trigésima Sexta

Notificações, informações e comunicações

1. Cada uma das partes no contrato deve informar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução dos mesmos, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada parte no contrato deve avisar a outra, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu conhecimento, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não casos de força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das suas obrigações contratuais.
3. No prazo previsto no número anterior, a parte deve ainda informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.
4. Todas as notificações, informações e comunicações previstas, ou outras que se revelem necessárias, realizadas entre qualquer das partes envolvidas, ao longo do acompanhamento e/ou no âmbito da execução contratual, devem ser efetuadas entre os respetivos representantes designados pelo adjudicatário e o gestor do contrato, por correio eletrónico.
5. As notificações, informações e comunicações devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
6. Salvo estipulação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato, só produzem efeitos após a notificação.

Cláusula Trigésima Sétima

Gestor do contrato

A entidade adjudicante nomeia o gestor do contrato, nos termos previstos na alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º do CCP, para efeitos de acompanhamento permanente do contrato, ao abrigo do disposto pelo artigo 290.º-A da mesma lei.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Trigésima Oitava

Proteção de Dados

O adjudicatário obriga-se a cumprir – bem como a garantir o cumprimento por parte dos seus colaboradores ou subcontratados –, as disposições legais em vigor em matéria de proteção de dados, nomeadamente a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto de 2019, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Cláusula Trigésima Nona

Cessão de créditos ou constituição de garantias

1. O adjudicatário não poderá ceder ou dar como garantia quaisquer direitos ou obrigações decorrentes do contrato, sem prévio acordo escrito da entidade adjudicante.
2. Pelo incumprimento do disposto no número anterior, o adjudicatário vincula-se a indemnizar a entidade adjudicante, a título de cláusula penal, numa quantia equivalente a 10% (dez por cento) do valor cedido ou dado como garantia, caso a entidade adjudicante o solicite.

Cláusula Quadragésima

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos de execução contratual é feita nos termos do artigo 471.º do CCP.

Cláusula Quadragésima Primeira

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Quadragésima Segunda

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

TÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS GERAIS

Cláusula Primeira

Objeto do contrato

O objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição, com montagem e instalação, de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde.

Cláusula Segunda

Requisitos específicos

Os bens e serviços a fornecer devem cumprir obrigatoriamente as especificações técnicas previstas no TÍTULO III do presente CE, do qual faz parte integrante.

Cláusula Terceira

Critérios ecológicos

Os bens objetos de fornecimento têm de cumprir os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, de 24 de janeiro, quanto à sua conceção ecológica, sempre que aplicável, e ausência das substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/EU do Parlamento Europeu, transposta pelo Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

TÍTULO III

CLÁUSULAS TÉCNICAS ESPECIAIS

Cláusula Primeira

Características genéricas

1. A entidade adjudicante pretende através do presente procedimento, adquirir um equipamento novo de Ressonância Magnética 1.5 Tesla de corpo inteiro, incluindo os acessórios e elementos complementares, orientado para todas as áreas e aplicações clínicas em adultos, bem como Pediatria.
2. O Equipamento objeto do contrato a celebrar deve possuir um ótimo desempenho, em especial nos processos de aquisição de imagem e respetivo processamento, permitindo efetuar um diagnóstico com elevada diferenciação e baixos consumos.
3. O Equipamento deve, ainda, apresentar características de especial adequação à realização de exames em doentes pouco colaborantes ou em estado muito debilitado, pelo que os tempos de aquisição devem ser tão baixos quanto a tecnologia permitir. Deve, igualmente, ser constituído por uma plataforma técnica com as mais recentes soluções tecnológicas disponíveis.
4. O equipamento a apresentar, para proceder à instalação, terá de passar no corredor de acesso com que área máxima de 180 cm (largura) x 240 cm (altura). Esta condição de instalação terá de ser respeitada, pois não são admitidas remodelações estruturais no Edifício do Hospital da Horta, E.P.E.R.

Cláusula Segunda

Especificações técnicas e características obrigatórias relativas ao equipamento

1. O equipamento de Ressonância Magnética de 1,5 Tesla (de ora em diante “Equipamento”) a adquirir deve ser novo, sem utilização prévia, apresentando as técnicas de imagiologia mais recentes, em particular, com capacidade para a realização de exames a pacientes não colaborantes.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

2. Características técnicas mínimas obrigatórias do Equipamento:

a) Exames

- i. O sistema deverá permitir a realização dos seguintes exames imagiológicos:
 - 1) Cardiovascular;
 - 2) Cardiologia;
 - 3) Oncologia;
 - 4) Corpo;
 - 5) Neurorradiologia;
 - 6) Adulto e Pediatria;
 - 7) Osteoarticulares
 - 8) Mama
 - 9) Fetal.

b) Magneto

- i. Magneto *Wide Bore*, supercondutor, auto blindado, de elevada homogeneidade e com 1.5 Tesla de intensidade de campo magnético;
- ii. As dimensões do Magneto não podem ser superiores à área de passagem no corredor: 180 cm (largura) x 240 cm (altura).
- iii. Túnel com abertura igual ou superior a 70 cm em toda a extensão do túnel;
- iv. Deve permitir a entrada do paciente (na mesa) na posição de pés ou cabeça primeiro, no túnel do magneto, para a maioria dos exames.
- v. FOV máximo, igual ou superior a 50x50x50 cm;
- vi. O magneto deverá ser de tecnologia *Zero Boil Off* ou equivalente, garantido que não existe perdas de hélio líquido no sistema, em condições de normal funcionamento.
- vii. Os concorrentes devem incluir os seguintes sistemas:
 - a. Som com atenuação de ruído para a comunicação com o paciente;
 - b. Iluminação e ventilação do túnel regulável;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- c. Sistemas de sincronismo fisiológico, nomeadamente respiratório, cardíaco (VCG) e periférico, integrados no magneto, com possibilidade de visualização dos traçados em tempo real no monitor da consola de aquisição e com capacidade de carregar as baterias mesmo com equipamento desligado.
- viii. O equipamento deve possuir *Shimming* passivo e ativos (ativo de primeira ordem).

c) Gradientes e Sistema de Radiofrequência

- i. Amplitude Mínima de 33mT/m para cada eixo, nos três eixos, sendo estes valores efetivos e não baseados na comparação com valores de TE e TR.
- ii. *Slew rate* mínimo de 125T/m/s para cada eixo, nos três eixos, sendo estes valores efetivos e não baseados na comparação com valores de TE e TR.
- iii. Potência do(s) amplificador(es) de transmissão de RF no mínimo de 16 KW
- iv. Número de canais independentes do recetor RF que podem ser usados, simultaneamente, numa só sequência e num só FOV, no mínimo de 32;
- v. Número de canais que pode ser usado em simultâneo, combinando antenas, no mínimo de 64;
- vi. Sistema de RF com as técnicas de aquisição paralela no espaço K disponíveis e funcionais;
- vii. Equipamento que permita sequências com tecnologia de imagem paralela em todas as direções;

d) Mesa do Paciente:

- i. Mesa com capacidade de suporte de pelo menos 200 Kg, sem qualquer perda de acuidade no posicionamento;
- ii. Integralmente amovível e com movimento vertical;
- iii. A mesa deve permitir a cobertura de corpo inteiro sem necessidade de reposicionamento de até, pelo menos, 150 cm;

- iv. Deverá vir equipada com os acessórios necessários e adequados às necessidades dos utentes em geral (ex. suporte de soros, etc);

e) Antenas:

Estão compreendidas no fornecimento obrigatório as antenas nas quantidades e características **mínimas** conforme abaixo indicado:

- i. Devem permitir a integração matricial que possibilite a aquisição única, sem necessidade de reposicionamento do paciente;
- ii. Devem ser leves e ergonómicas;
- iii. Deverão estar incluídas e devidamente descritas as seguintes antenas para a receção de sinal:
- iv. Conjunto de antenas dedicada a exames Cabeça/Pescoço, que assegure os estudos das articulações têmpora-mandibulares, laringe, tiroide e exames oftalmológicos, com o mínimo de 16 canais;
- v. Duas antenas de corpo totalmente flexíveis, com o mínimo de 12 canais cada, para que proporcionem a maior cobertura possível (ex. abdominal-pélvico), sendo que uma delas deve possibilitar exames cardíacos,
- vi. Uma antena multicanal integrada na mesa do paciente, com o mínimo de 24 canais
- vii. Duas antenas de superfície totalmente flexíveis multi-aplicações, com o mínimo de 16 canais;
- viii. Uma antena dedicada Pé e tornozelo, com mínimo de 16 canais
- ix. Uma antena dedicada de joelho, com mínimo de 16 canais;
- x. Uma antena dedicada de mama para diagnóstico, com o mínimo de 16 canais.
- xi. Uma antena dedicada de mão/punho, com mínimo de 16 canais

f) Aquisição de imagem - parâmetros:

- i. Espessura de corte mínima, em 2D, no máximo de 0,5 mm;
- ii. Espessura de corte mínima, em 3D, no máximo de 0,1 mm;

- iii. FOV mínimo, igual ou inferior a 1x1x1 cm;
- iv. FOV máximo, igual ou superior a 50x50x50 cm;
- v. Matriz de aquisição, igual ou superior a 1024x1024 pixels;
- vi. Técnicas de aquisição dedicadas para a redução da deposição de energia por radiofrequência (SAR), otimizadas para utilização em 1,5T (ex. modulação de impulsos, *flip angle* variável).

g) Módulos Clínicos/Sequências e tecnologias:

O equipamento deve possuir todo o tipo de sequências básicas para os estudos convencionais atualmente efetuados em Ressonância Magnética com campo de 1,5T, de adultos e pediatria, nas áreas de neurorradiologia, tórax, abdomino-pélvico, osteoarticular, mama, cardiologia, oncologia, estudos de difusão e angiografia com e sem contraste.

- i. Sistema (por *software*) de otimização automática do fluxo de trabalho, com recurso a inteligência artificial, para crânio, criando protocolos adequados ao doente em causa, com o propósito de minorar o esforço de preparação e seleção dos protocolos de aquisição, bem como, o tempo despendido. Pretende-se ainda que esta otimização venha a garantir uma maior qualidade de imagem e a manutenção da mesma de forma consistente ao longo do tempo, mesmo considerando diferentes utilizadores. Deve permitir o alinhamento das estruturas cerebrais de forma automática, bem como, a reconstrução automática triplanar e a definição automática do FoV, do número e da espessura de cortes;
- ii. Aplicação específica para otimização do planeamento de aquisição dos diferentes segmentos em corpo inteiro, recorrendo a algoritmos de inteligência artificial para automatizar o posicionamento e alinhamento de vários cortes. Possibilidade de aquisição desde a cabeça até abaixo da pélvis, para estudos oncológicos, sem reposicionamento de antenas, bem

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- como, inclusão de software para planeamento dos múltiplos segmentos de aquisição, simultaneamente, agregando-os num único FoV;
- iii. Disponibilização de *scout* com vista de corpo inteiro, para melhor planeamento de todos os segmentos de aquisição;
 - iv. Sequências 3D para exames de corpo e neuro;
 - v. Técnicas de aquisição para exames de Neuro e Corpo, com método radial de escrita no espaço-k, para compensação de movimento em imagens anatómicas e funcionais;
 - vi. Algoritmos de aceleração de aquisição com padrão de amostragem dedicada de distribuição de pontos de referência no espaço-K, aplicável a sequências 3D de Neuro, Corpo e Musculo-esquelética de modo a acelerar as sequências 3D, mantendo a isotropia sub-milimétrica e garantindo a qualidade de imagem;
 - vii. Aquisição multi-corte simultânea aplicável a sequências DWI, TSE e EPI.
 - viii. Composição de imagem automática;
 - ix. Espectroscopia de Neuro e Corpo *Single Voxel*, *Multi Voxel* e de Espectroscopia da próstata e mama;
 - x. Os estudos de difusão deverão permitir os valores b calculados;
 - xi. Inclui todas as técnicas de imagem paralela baseada na imagem, com técnica de aceleração por subamostragem aleatória e incoerente do espaço-K e reconstrução iterativa não-linear, para exames de neuro, de corpo (nomeadamente, colangiografia) e musculo-esqueléticos, aplicando-se a T1, T2 e PD e para aumentar a resolução espacial e/ou temporal em associação com uma redução de tempo de aquisição substancial. Inclusão da técnica também para exames angiografia com TOF;
 - xii. Capacidade de reconstrução de imagem baseada em *deep learning* com capacidade para melhorar o tempo de aquisição e a resolução da imagem, para todo o corpo, para sequências 2D e 3D.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- xiii. Interface para automatizar a seleção de parâmetros em caso de paciente com implantes condicionais em Ressonância Magnética.

1) Angio-RM:

- A. *Software* para estudos vasculares sem contraste - incluindo *Time Of Flight* (TOF) e com possibilidade de angio-RM sem contraste, angio-RM por contraste de fase, com 2D e 3D - Neuro e Corpo;
- B. *Software* para estudos vasculares com contraste - Neuro e Corpo;
- C. Angiografia de corpo sem contraste – excluindo TOF – Neuro e Corpo;
- D. Angiografia com aquisição 4D, possibilitando a otimização da resolução espacial e temporal.

2) Neuro:

- A. *Software* de rotina para diagnóstico;
- B. Sequências 3D de alta resolução dedicadas para estudos dos canais auditivos internos;
- C. Estudos de difusão na coluna;
- D. Estudos de difusão não EPI para avaliação de colesteatoma;
- E. Neuro perfusão com o cálculo automático dos mapas de CBF, CBV, MTT, TTP;
- F. Imagem ponderada em Suscetibilidade Magnética (inclusão de imagens de suscetibilidade magnética com mapas de fase que permitam distinguir o cálcio de sangue) e respetivo método de aceleração.
- G. Estudos quantitativos e qualitativos de visualização de fluxo sanguíneo e líquido (LCR) com codificação de velocidade (VENC) ajustável e com a possibilidade de serem aplicados múltiplos valores de VENC, com e sem respiração livre;
- H. Estudos de Difusão com sequências EPI, cerebral e para corpo;
- I. Perfusão por *Arterial Spin Labeling* com quantificação de CBF – ASL 2D ou 3D;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

3) Corpo:

- A. Aplicações básicas e avançadas para estudos de abdómen;
- B. Geração de imagem isotrópica de Difusão (DWI), de corpo e de neuro, com cálculo e geração de imagens trace e de mapas DWI por cor isotrópicos do ADC (*Apparent Diffusion Coefficient*);
- C. Difusão de alta resolução de corpo localizada e de corpo inteiro com técnicas de supressão de gordura integradas e sincronismo respiratório para imagem funcional abdominal. Devem estar incluídos mapas paramétricos com cor e a sua fusão com as imagens de referência anatómicas;
- D. Colangiopancreatografia RM (CPRM) 2D *singleshot* e 3D com *trigger* respiratório;

4) Cardiologia:

- A. Sequências e *Software* para a realização de estudos cardíacos funcionais, morfológicos e realce tardio, capacidade para avaliação do fluxo 4D (4D *Flow*), T1 *mapping*, T2 *mapping*, avaliação do realce cardíaco com técnicas PSIR, angio-RM sem contraste, angio-RM com contraste e com *gating* cardíaco e tecnologia *navigator* para estudo coronário e sequências *free breathing*;
- B. Sequência de elevada largura de banda para redução de artefactos causados por implantes cardíacos.

5) Musculo-esquelético:

- A. *Software* para estudos de cartilagem, incluindo mapeamento codificado por cores, traduzindo as variações de T1, T2 na cartilagem;
- B. Sequência Metal *Artifact Reduction Sequence* (MARS), ou equivalente;

6) Mama e próstata:

- A. *Software* de mama, com sequências específicas, nomeadamente estudos dinâmicos de captação de contraste;
- B. Sequências para saturação de implantes mamários;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- C. Sequências 3D isotrópicas sub-milimétricas de alta resolução nas diferentes ponderações;
- D. Sequências de difusão específicas para estudos da mama, que permitam obter múltiplos valores de b, mapas ADC de forma automática e com diferentes modos de saturação de gordura.

h) Consola de Aquisição

- i. A proposta dever incluir todo o *hardware* necessário para o funcionamento dos sistemas a serem fornecidos;
- ii. Consola de comando com plataforma computacional de última geração;
- iii. A interface de utilização deve ser efetuada através de monitor plano de amplo campo (mínimo 22" LCD a cores com uma resolução mínima de 1920x1200 pixéis) permitindo o acesso a um maior número de parâmetros em simultâneo;
- iv. A consola deve possuir capacidade tecnológica de *hardware* e *software*, de forma a permitir a utilização do equipamento na aquisição e processamento de imagens, em todas as sequências e tecnologias acima descritas, com a melhor performance possível;
- v. Possibilidade de exportação e gravação em formatos vários, através de ligação USB (ex. *pen drive*);
- vi. Sistema de comunicação bidirecional com o paciente, com atenuação de ruído acústico e possibilidade de ligação a sistema de som (ex. para música ambiente);
- vii. A proposta deverá incluir todos os serviços de integração com o PACS existente no Hospital da Horta, E.P.E.R. bem como quaisquer outras integrações necessárias ao seu correto funcionamento.
- viii. Protocolo de Comunicação DICOM
- ix. As licenças de *software* incluídas deverão ter carácter definitivo, não sendo alvo de pagamentos periódicos em função da utilização;

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- x. Segurança, rastreabilidade e confidencialidade dos registos: os sistemas a implementar devem garantir a segurança dos dados registados, a identificação do executante de cada um dos registos e o acesso condicionado por perfil de utilizador.
- xi. CiberSegurança: devem ser tidas em conta todas as recomendações da autoridade nacional em matéria de CiberSegurança (considera-se o Centro Nacional de Cibersegurança –CNCSeg- e a própria SPMS), dando cumprimento às boas práticas existentes, devendo também ser garantida a atualização do sistema operacional e de todas as componentes de software com os *patches* mais recentes.

i) Outros Equipamentos a fornecer, compatíveis com as salas de RM

Deve ser ainda considerado o fornecimento do seguinte equipamento:

- i. No fornecimento das antenas, está ainda incluído o fornecimento de carro em material não ferromagnético para armazenamento das bobines e acessórios. O carro deve ter rodas direcionais com travões. O tamanho do carro deve ter em consideração a planta da sala disponibilizada.
- ii. Acessórios para posicionamento do paciente, tais como esponjas, cunhas, cintas, fitas e sacos de areia.
- iii. Câmara para visualização do doente e sem gravação de imagens e vídeo;
- iv. Monitor multiparâmetros (ECG, SPO2, PNI e Capnografia) compatível com ressonância, assim como os respetivos acessórios; além disso deverá também ser incluído um monitor replicador com controlo remoto para a sala de comando;
- v. Maca compatível com Ressonância Magnética de 1,5T, com possibilidade de regulação em altura.
- vi. Cadeira de Rodas, capacidade mínima de 120 Kg

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

CADERNO DE ENCARGOS

- vii. Devem ficar asseguradas as ligações e acessos na cabine de RF para o correto funcionamento de todos os equipamentos, tais como ventilador, injetor de contraste, monitor e bombas infusora e perfusora.
- viii. É obrigatória a apresentação de certificado de compatibilidade de todos os equipamentos com salas de ressonância magnética;

Cláusula Terceira

Soluções de pós processamento

- 1. O sistema deve estar equipado com aplicações que permitam a realização de estudos de radiologia, cardiologia, osteoarticulares, mama e de neurorradiologia.
- 2. Fornecimento de solução baseado em Servidor, que permite o acesso em simultâneo de mínimo 2 utilizadores.
- 3. O sistema deve permitir efetuar todo o tipo de processamento 2D/3D elementar, incluindo:
 - a) Soma e subtração de imagens;
 - b) Comparação de imagens;
 - c) Reformatações multiplanares planas e curvas (MPR);
 - d) Projeção de intensidade máxima (MIP);
 - e) *Volume Rendering*;
 - f) Composição de imagens panorâmicas da coluna vertebral, vascular e *Whole Body*, entre outras;
 - g) Devem estar igualmente contemplados os módulos de processamento dedicados para as técnicas de aquisição atrás mencionadas, nomeadamente:
 - i. Fusão de imagem anatómica e funcional;
 - ii. Difusão de corpo e de neurorradiologia com cálculo do ADC e mapeamento por cor;
 - iii. Mapas de perfusão cerebral com mapeamento por cor (CBV, CBF, TTP, MTT);

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

CADERNO DE ENCARGOS

- iv. Processamento de espectroscopia de Hidrogénio de Neuro e Corpo, de acordo com o atrás referido;
- v. Quantificação qualitativa e quantitativa de fluxos vasculares e líquido com apresentação numérica e gráfica dos parâmetros dinâmicos;
- vi. Mapeamento em cor para estudos de degenerescência da cartilagem;
- vii. Avaliação funcional, morfológica e realce tardio cardíaca.

Cláusula Quarta

Especificações técnicas e trabalhos de adaptação onde o equipamento será instalado

- 1. É parte integrante deste procedimento a dotação do espaço onde o Equipamento será instalado, e das condições necessárias à prática da atividade associada ao funcionamento do mesmo.
- 2. Os trabalhos de adaptação das instalações associados ao fornecimento do Equipamento contemplam a apresentação obrigatória pelos concorrentes, nas respetivas propostas, de um anteprojecto (incluindo, memória descritiva e peças desenhadas).
- 3. Para o efeito do disposto na presente cláusula, fazem parte do presente Caderno de Encargos, a seguinte planta:
 - a) Planta Piso 0 –RM (Entrada do equipamento, localização do QE, localização central AVAC).

Cláusula Quinta

Anteprojecto

- 1. Após a celebração do contrato, o adjudicatário deve apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias seguidos, os projectos por especialidade, tendo presente que cada especialidade deve possuir um técnico responsável, devidamente habilitado para o efeito, que é o responsável pelo projecto.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

2. São considerados como parte integrante do presente procedimento todos os trabalhos necessários para funcionamento do equipamento e da atividade a eles associada dentro da sala de exames e/ou sala de equipamento e sala de comando caso assim o seja necessário.
3. De acordo com a arquitetura proposta devem os concorrentes elaborar o anteprojeto, assim como devem ser descritos os materiais usados e características dos mesmos, para execução dos trabalhos inerentes à instalação do Equipamento.
4. Constituem parte integrante do procedimento os trabalhos abaixo descritos, excetuando aqueles que de forma inequívoca estejam excluídos.

a) Trabalhos complementares

- i) Compete ao Adjudicatário preparar um equipamento no local para apoio à descarga e instalação do equipamento.
- ii) Face às características do equipamento a fornecer, devem nas suas propostas os concorrentes apresentar um plano de trabalhos detalhado, onde descrevem o procedimento a adotar para colocação nos devidos locais do novo equipamento. O eventual recurso a equipamentos de grande porte (gruas, etc.) deve ser referido, assim como o local onde as mesmas irão operar e duração da sua presença nas instalações do Hospital da Horta, E.P.E.R.

b) Gaiola de *Faraday* e Sala de Exames

- i) É parte integrante do fornecimento a realização dos trabalhos de adaptação/instalação necessários à criação de todos os mecanismos de proteção adequados ao funcionamento de um equipamento de Ressonância Magnética. Assim, devem ser incluídos no fornecimento todos trabalhos de adaptação dos espaços indicado no estudo prévio, assegurando todas as condições técnicas para o efeito, nomeadamente:

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- (1) Fornecimento e instalação de Cabine RF, área interior até 30 m² e 3m de altura com acabamento interior com paredes em melamina ou equivalente, pavimento vinílico condutivo e iluminação LED.
- (2) A sala de exames deve possuir acabamento interior compatível com a área disponível de forma a permitir o acesso 360 graus ao Equipamento, assim como a entrada de camas hospitalares, permitindo a fácil movimentação das mesmas, espaço para acomodar os vários dispositivos necessários durante a realização de intervenção por RM, armários para acomodar todas as antenas e acessórios adquiridos, permitindo a realização de exames sem constrangimentos para os profissionais e com conforto para os pacientes.
- (3) O adjudicatário é responsável pelo dimensionamento e execução das blindagens magnéticas de radiofrequência (Gaiola de Faraday) para conter campo magnético $\leq 0.5\text{mT}$ em zonas controladas.
- (4) Qualquer correção necessária é da sua responsabilidade, assim como as consequências das paragens adicionais. Para o efeito, aquando da apresentação das propostas deve ser apresentado um estudo de implementação com a respetiva sinalização das curvas de campo.
- (5) A Gaiola de *Faraday* e a sala de exames devem permitir exames de corpo inteiro e ficar preparadas para exames de intervenção em RM.
- (6) Deve ser igualmente considerado o fornecimento e instalação do tubo de “*quench*” e mecanismos de extração forçada de hélio em caso de emergência, o fornecimento e instalação do *chiller* e respetivos acessórios conforme definido no programa preliminar.
- (7) Isolamento acústico no interior e exterior com atenuação de radiofrequências $> 100\text{dB}$.
- (8) De acordo com o indicado, a Gaiola de *Faraday* deve incluir todos os acabamentos necessários, nomeadamente, as redes elétricas e as de

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

gases medicinais devem ser ligadas à rede hospitalar através de filtros RF apropriados.

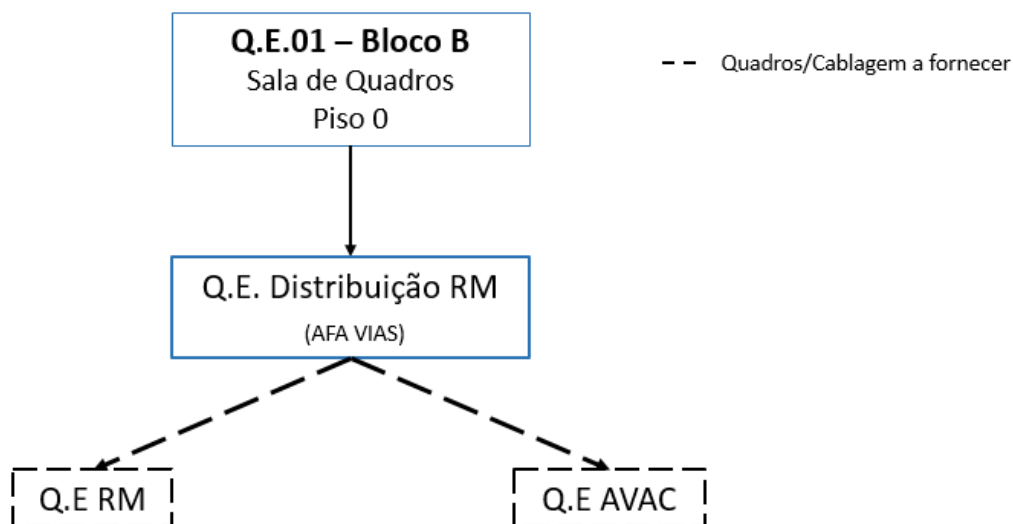
- (9) As paredes, o chão e o teto da gaiola devem ser acusticamente isoladas de modo a que os espaços contíguos, superiores e inferiores, possam ser locais permanentes de trabalho, com total conforto acústico e de acordo com a legislação em vigor.
- (10) Todos os atravessamentos necessários para as demais especialidades, devem ser executados garantindo o funcionamento da Gaiola de Faraday, para o efeito sempre que necessário deve o adjudicatário recorrer a filtros RF, tubos de material não metálico, etc.
- (11) Sistema de humanização da sala (revestimento da(s) parede(s) da sala de exames com vinílico efeito natureza ou outro do género e iluminado com LED);
- (12) Porta de acesso à Sala de Exames – Fornecimento e montagem da porta com isolamento RF (120 X 210 cm) de acesso à entre a sala de preparação e sala de exames, assegurando todas as características técnicas adequadas ao fim;
- (13) Vidro de acesso à Sala de Exames – Fornecimento e montagem de Janela com isolamento RF entre a sala de exames e Comando (120x90 cm).

c) Instalações Elétricas

Está incluída no presente procedimento a execução das instalações, bem como o fornecimento, montagem, ligações e ensaios de acordo com o seguinte esquema de princípio:

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde



i) Quadros Elétricos

- (1) Fornecimento e Instalação de 2 quadros elétricos, em área disponível de 60 cm de largura por 200 cm de altura (local assinado em planta – **QE.RM** e **QE.AVAC**) dedicado ao equipamento de RM, AVAC, zona técnica, etc.. com vidro transparente fumado e fechadura em cilindro e todos os acessórios necessários à ligação dos circuitos dimensionados.
- (2) As caixas dos quadros são dimensionadas por forma a ficar espaço de reserva de 30 %.
- (3) Todos os quadros devem ser fornecidos com porta-esquemas, auto-adesivos, onde deve ser colocada a tela final correspondente ao esquema unifilar de potência e esquema de comandos que devem ser entregues à entidade adjudicante ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R., juntamente com as telas finais da instalação e cópia dos esquemas finais.
- (4) Deve ser incluído a instalação de botoneiras de emergência e botoneiras ON/OFF com sinalização, botoneira de corte geral, cabos de ligação ao

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

quadro e alimentação elétrica desde o quadro de RM ao gerador do equipamento, entre os demais acessórios elétricos necessário ao correto e legal funcionamento da RM.

- (5) Inclui ainda todas as ligações do Q.E.RM e os restantes equipamentos, tais como Comando da RM, entre outros necessários. A ligação ao comando da RM deve prever uma UPS de suporte ao sistema informático.

ii) Tomadas de energia

- (1) Toda a cablagem da rede elétrica é distribuída em esteira de PVC.
- (2) As tomadas elétricas a instalar devem ser identificadas - identificação escrita através de etiqueta em material autocolante lavável, indicando qual o circuito a que pertencem.

iii) Iluminação

- (1) Todas as iluminações devem ser armaduras embutidas garantindo as condições iluminação previstas nos regulamentos e ser obrigatoriamente, estanques com IP igual ou superior a 54.
- (2) Os aparelhos de iluminação são fornecidos completamente equipados com todos os acessórios, incluindo LED's, sendo da responsabilidade do adjudicatário o fornecimento e a colocação de suportes, tacos, suspensões, etc., necessários à sua fixação.
- (3) A aparelhagem a instalar deve permitir regulação da iluminação, com recurso a equipamento compatível com a RM (não pode causar interferências).

d) AVAC

É considerada parte integrante do procedimento, a climatização de toda a área afetada a este novo espaço (sala de exames para o equipamento de ressonância magnética, sala de Espera, sala de Comando e sala de Preparação de Exames e Zona Técnica), com as necessidades de climatização adequadas ao fim a que os

mesmos se destinam e em função das suas características. Assim deve estar contemplado o seguinte:

i) Unidade de tratamento de Ar (UTA) – Sala de Exames

- (1) Na sala de exames deve ser considerado como obrigatório o fornecimento e instalação de equipamentos de climatização que cumpram os requisitos mínimos indicados na Portaria n.º 35/2014, de 12 de fevereiro, devendo ser considerada uma UTA, com insuflação e extração.
- (2) A UTA a fornecer deve, obrigatoriamente, cumprir na íntegra com as recomendações para os locais em causa, caso contrário, a proposta global não será considerada.
- (3) O dimensionamento da UTA deve ter em consideração **as temperaturas médias exteriores de 27°C (Verão) e 18 °C (Inverno)**
- (4) Devem ser incluídos todos os trabalhos de construção civil para a correta instalação da UTA, tais como muros.

ii) Zona técnica

Deve o adjudicatário acautelar a necessidade de climatização adequada do espaço, que deve ser aprovada previamente pela entidade adjudicante ou pelo Hospital da Horta, E.P.E.R.

iii) Ventiladores

Está incluído o fornecimento e instalação de Ventiladores, com controlo remoto, dimensionado e preparado para o conforto térmico nas seguintes zonas:

- (1) Sala de Espera
- (2) Sala de Preparação
- (3) Sala de Comando

iv) Bomba de Calor

Está incluído o fornecimento de bomba de calor que garante a distribuição de água quente à UTA, sempre que necessário.

v) *Chiller's*

Está incluído no procedimento:

- (1) Fornecimento e instalação de *Chiller* para arrefecimento do Equipamento, mínimo 45kW, para fornecimento de água fria à ressonância e à UTA.
- (2) Ligação de redundância de água refrigerada ao *Chiller*, sendo o abastecimento efetuado no coletor de água fria existente, da **central de AVAC** (Ver planta), em tubagem Cool FIT ou equivalente, incluindo válvulas de corte e circulador. Esta instalação, sempre que possível, deve circular no piso Técnico.
- (3) Na apresentação das propostas, deve ser indicado o modelo dos equipamentos de AVAC a instalar, acompanhada de toda a documentação técnica necessária que permita aferir tecnicamente das valências dos equipamentos. Devem igualmente os concorrentes incluir na sua proposta todos os trabalhos necessários de alimentação da rede de águas, elétrica, etc que estejam associados a este componente.
- (4) A localização dos equipamentos deve ser proposta ao Hospital da Horta, E.P.E.R. com conhecimento da entidade adjudicante, através de peças desenhadas, carecendo a mesma da aprovação desta.
- (5) Devem ser incluídos todos os trabalhos de construção civil para a correta instalação do *Chiller*.

e) Gases Medicinais

É parte integrante do procedimento dotar o local das condições necessárias para efetuar os procedimentos clínicos, assim como assegurar as necessidades dos utentes após a realização da intervenção, neste sentido é necessário criar a seguinte infraestrutura dentro da sala de exames, estando incluído no procedimento a criação das redes necessárias dentro da respetiva sala:

Sala de exames

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

- i) 1 Tomada de Oxigénio
- ii) 1 Tomada de Protóxido
- iii) 1 Tomada de Vácuo
- iv) 1 tomada de Ar
- v) 1 tomada de exaustão de gases

Cláusula Sexta

Execução dos trabalhos de instalação do equipamento

1. Para todas as especialidades devem ser consideradas as boas normas e regulamentos de construção aplicáveis.
2. Todos os materiais e equipamentos a utilizar devem ser da melhor qualidade existente no mercado, satisfazer as condições exigidas ao fim a que se destinam, obedecer às prescrições dos regulamentos, normas e demais legislações nacionais atualmente em vigor, e apresentar as características especificadas nas cláusulas técnicas do presente CE.
3. O adjudicatário obriga-se a executar todas as instalações com solidez e perfeição, nas melhores condições técnicas, de acordo com as regras da arte de bem construir, em estrita observância dos Regulamentos e Normas em vigor e de harmonia com o presente CE e Peças Desenhadas anexas, cumprindo todas as instruções que lhe sejam fornecidas pela entidade adjudicante e pelo Hospital da Horta, E.P.E.R.

Cláusula Sétima

Materiais

1. Antes da aplicação dos equipamentos e materiais, o adjudicatário deve submetê-los à aprovação expressa da entidade adjudicante ou do Hospital da Horta, E.P.E.R.
2. Após a adjudicação, são da responsabilidade do adjudicatário a elaboração de todos os desenhos complementares do projeto, necessários à preparação e execução dos trabalhos que têm que ser presentes à entidade adjudicante ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R. para aprovação.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

3. Após a instalação do Equipamento e no prazo de 15 (quinze) dias após a receção provisória das obras de instalação, está o adjudicatário obrigado a fazer a entrega das telas finais por especialidade à entidade adjudicante ou ao Hospital da Horta, E.P.E.R. em base informática, formato *dwg*.

Cláusula Oitava

Apresentação das propostas

1. Nas suas propostas os concorrentes devem apresentar discriminação completa das características de todos os Artigos propostos, assim como juntar os catálogos e fichas técnicas.
2. Todos os estudos de alterações apresentados pelos concorrentes são acompanhados de medições e orçamentos, contendo preços unitários e totais desdobrados em materiais e mão-de-obra, sempre que esta última componente estiver presente, bem como os respetivos prazos de execução. Quando um determinado artigo for composto por uma peça principal e diversos acessórios imprescindíveis ao bom funcionamento do conjunto, de modo a obterem-se os fins em vista, devem os concorrentes apresentar o preço global do Artigo e não apenas os preços separados de cada um dos seus componentes. Todos os acessórios ou conjuntos de acessórios que permitam resultados além dos pretendidos para o conjunto base, são indicados com os respetivos preços e com descrição completa das funções extra que podem possibilitar.

Cláusula Nona

Local da obra

1. Todos os artigos contemplados no presente procedimento são fornecidos no local onde será instalado o Equipamento.
2. Se necessitarem de montagem, essa montagem corre por conta do adjudicatário, que executa, inclusivamente, todos os trabalhos e especialidades a ela inerentes, pelo preço constante da proposta.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Décima

Condições de execução

1. Todos os artigos que necessitarem de ligações às redes de eletricidade, águas ou esgotos, devem ser fornecidos com os acessórios necessários a uma correta ligação a essas mesmas redes, conforme elas se encontrarem realizadas no local onde será instalado o Equipamento.
2. Os trabalhos inerentes a essas ligações são da responsabilidade do adjudicatário.
3. Assim, se determinado artigo necessitar que as aludidas redes tenham determinadas características especiais (por exemplo: tensão estabilizada, água tratada, esgotos tratados, etc.), tal facto deve ser explicitamente especificado na proposta.
4. Devem, igualmente, ser explicitamente especificadas na proposta as características de consumo dos artigos que necessitarem de ser ligados às redes em causa.
5. São igualmente considerados parte integrante da proposta a instalação da necessária sinalização indicadora da existência de uma área onde as radiofrequências possam ultrapassar os limites das proteções radiológicas.
6. O adjudicatário é responsável pela realização de todas as diligências necessárias para que sejam obtidas as respetivas autorizações de utilização e licenciamento do Equipamento, bem como pelos custos que lhes estão associados.
7. Após conclusão da obra, deve o adjudicatário fornecer em formato digital (extensão *DWG*) as telas finais, completas (de todas as especialidades) e respetivos esquemas de ligação.
8. Em anexo às peças do procedimento é fornecida uma planta da sala onde será instalado o equipamento, assim como das zonas adjacentes que carecem de intervenção de AVAC.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Décima Primeira

Normas e regulamentos

1. O Equipamento, bem como todos os trabalhos e artigos objeto do presente procedimento, obedecem às diretivas comunitárias, à legislação e normas nacionais e internacionais aplicáveis e em vigor à data da instalação, nomeadamente, as relativas a:
 - a) Marcação CE;
 - b) Equipamento médico;
 - c) Construção;
 - d) Segurança elétrica;
 - e) Ruído.
2. Na proposta os concorrentes devem fazer referência a todas as normas e regulamentos a que o Equipamento, os trabalhos e os artigos obedecem.
3. Os concorrentes devem apresentar o número de CDM, de acordo com o Despacho n.º 2945/2019 de 19 de março, se aplicável (Nota: se à data de apresentação de proposta o concorrente não dispuser do número de CDM dos respetivos artigos a que concorre pode utilizar a prerrogativa prevista no n.º 3 do Despacho n.º 2945/2019, ou seja, apresentar a Certidão do INFARMED que ateste a existência de procedimento de codificação em curso nas situações em que o dispositivo não esteja ainda disponível na respetiva base de dados).
4. Autorização do INFARMED para o exercício de distribuição por grosso de dispositivos médicos, nos termos do Decreto-lei n.º 145/2009, de 17 de junho e da deliberação n.º 515/2010, de 03 de março, se aplicável.
5. A montagem dos artigos que dela necessitam é orientada segundo a melhor técnica profissional.
6. Os artigos que necessitem de ligação à energia elétrica devem respeitar as normas de segurança gerais e particulares destinadas a aparelhos de electromedicina,

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

elaborada pela Comissão Electrotécnica Internacional (IEC 601-1 mais a norma particular correspondente ao tipo de aparelho em si, se já tiver sido feita).

Cláusula Décima Segunda

Manuais

1. Todos os artigos a fornecer, cujo grau de complexidade for além do simples instrumento, devem ser acompanhados dos respetivos manuais de operador e técnico, em português.
2. Os manuais respeitantes à manutenção devem ser completos, possuindo todos os elementos necessários a garantir uma manutenção preventiva de rotina a um técnico especializado.
3. Os manuais a que se refere a presente cláusula são considerados parte integrante do fornecimento objeto do presente procedimento.
4. Todos os Manuais, devem ser entregues em formato físico e Digital.

Cláusula Décima Terceira

Ensaios e experiências

1. O adjudicatário obriga-se a executar todos os ensaios e experiências necessárias para comprovar o bom funcionamento dos Artigos fornecidos e montados.
2. Os concorrentes devem indicar nas suas propostas quais os procedimentos adequados de controlo de qualidade a serem efetuados pelos utilizadores, para a obtenção do melhor desempenho do Equipamento e respetivo material/equipamento a utilizar.
3. Devem, igualmente, ser indicados os testes de controlo de qualidade efetuadas nas manutenções periódicas.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

Cláusula Décima Quarta

Treino e formação

1. Adjudicatário deve promover o treino e a formação local e/ou em instalações de características próximas das instalações do Hospital da Horta, E.P.E.R., onde equipamentos semelhantes estejam a funcionar regularmente, para Técnicos de Radiologia e Médicos, de modo a que o Equipamento tenha pleno aproveitamento, seja corretamente manuseado e possa produzir imagens de qualidade de forma consistente e duradoura.
2. O adjudicatário compromete-se a facultar toda a formação que considerar adequada ou se revelar necessária, sem custos para a entidade adjudicante e para o Hospital da Horta, E.P.E.R., mesmo que tal ultrapasse o que se encontra definido na presente cláusula.
3. A formação deve incluir um módulo sobre segurança em Ressonância Magnética onde serão abordados, exaustivamente e em profundidade, todos os aspetos relacionados com o tema, a todos os elementos do serviço ou designados pelo Hospital da Horta, E.P.E.R.
4. Sempre que ocorram *updates* e *upgrades* de *software* e *hardware*, com alterações significativas de funcionamento do Equipamento com impacto nos utilizadores, deve igualmente ser prevista a formação adequada e sem custos.
5. Para os Técnicos de Radiologia, o plano de formação deve contemplar 1 (um) dia de formação prévia à utilização clínica, um mínimo de 10 (dez) dias úteis de formação e acompanhamento, após início de exploração clínica, bem como formação complementar de 15 (quinze) dias úteis, no mínimo, a definir durante o primeiro ano após a instalação do equipamento.
6. Deverá, se necessário e em condições a acordar com adjudicatário, incluir formação, com nível elevado de especialização, onde o equipamento esteja a ser utilizado nas suas máximas potencialidades.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

7. Para efeitos do disposto nos números anteriores, deve ser prevista formação remota ilimitada durante o primeiro ano de funcionamento para os formandos.
8. No âmbito do disposto na presente cláusula, devem os concorrentes contemplar e instruir as suas propostas com:
 - a) Planos de formação e treino;
 - b) Compromisso do adjudicatário de rever o plano de formação, de modo a adequá-lo às necessidades e limitações do Hospital da Horta, E.P.E.R.;
 - c) O plano de formação deve contemplar um apoio frequente durante o primeiro ano de atividade, sem quaisquer custos, garantindo a presença remota e/ou presencial de um especialista, sempre que haja dificuldades com a qualidade de imagem e sempre que uma nova técnica seja introduzida. Pretende-se com este apoio que se consiga uma rápida estabilização do funcionamento do Equipamento, o que não só favorece o Hospital da Horta, E.P.E.R., mas também, o adjudicatário. Assim, para além da formação inicial, deve o adjudicatário disponibilizar a presença de um especialista de produto para apoio aos utilizadores, em 4 (quatro) ações de formação específicas durante o primeiro ano de funcionamento.
 - d) Deve ser igualmente contemplada formação ao S.I.E, para primeira linha de intervenção e apoio no despiste remoto de avarias.

Cláusula Décima Quinta

Manutenção e assistência técnica

1. O Equipamento objeto do presente procedimento deve possuir garantia completa por um período de 36 (trinta e seis) meses.
2. A manutenção preventiva e corretiva durante o período de garantia está incluída no preço do Equipamento.
3. Considera-se manutenção as ações efetuadas pelo adjudicatário tendentes a manter ou repor em boas condições de funcionamento do Equipamento, incluindo revisões

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

preventivas, reparações de avarias e substituição gratuita de peças ou equipamentos defeituosos, nos seguintes termos:

- a) **Manutenção Preventiva:** as revisões preventivas incluem todos os serviços necessários para manter o equipamento em boas condições de funcionamento, tais como inspeções, testes, lubrificações e afinação. O adjudicatário indica obrigatoriamente na proposta quais os testes a efetuar nas intervenções preventivas e respetiva frequência e duração que considera necessário. Quanto às ações de manutenção preventiva, o adjudicatário obriga-se a apresentar ao Serviço de Instalações e Equipamentos, no início de cada ano, um plano de intervenções preventivas com a indicação:
 - i) Da data prevista para a realização dessas intervenções;
 - ii) Das ações previstas a realizar em cada intervenção.
 - b) **Reparação de Avarias e Substituição de Componentes:** como reparação de avarias entende-se todo o serviço tendente a eliminar uma situação quer de paragem, quer de deficiente funcionamento que poderá implicar ou não a substituição de peças ou de equipamentos por outros sobressalentes. Deve ser indicado, obrigatoriamente, na proposta para cada aparelho o período máximo que mediará entre o pedido de assistência e o início da reparação.
4. Não será aceite uma taxa de disponibilidade inferior a 95%.
 5. Durante o período de garantia, está, obrigatoriamente, incluído qualquer fornecimento de hélio que se revele necessário.
 6. A Manutenção tem, normalmente, lugar nas Instalações onde o Equipamento seja instalado.

Cláusula Décima Sexta

Prazos

O prazo de entrada em funcionamento do Equipamento é um ponto fulcral para a atividade do Hospital da Horta, E.P.E.R., estando essa importância refletida nos

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde

critérios de adjudicação, pelo que devem os concorrentes ter em consideração, na elaboração das suas propostas, o seguinte:

- a)** O tempo de entrada em funcionamento do Equipamento deve considerar-se como o tempo necessário para a conclusão da totalidade do fornecimento e respetiva instalação, objeto do presente procedimento;
- b)** Dever-se-á considerar como a data inicial, a data de emissão de documento de compromisso ou documento equivalente por parte da entidade adjudicante e a data final como a data em que os utilizadores completaram a formação, estando habilitados a autonomamente operarem com o equipamento;
- c)** Os concorrentes devem apresentar um cronograma detalhado com as várias fases que decorrem entre estas datas.

Cláusula Décima Sétima

Licenciamento das instalações

- 1.** A utilização do equipamento está condicionada à obtenção de licença de funcionamento no âmbito da proteção radiológica, a emitir pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA, I. P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 108/2018, de 3 de dezembro.
- 2.** É obrigação do adjudicatário prestar o suporte técnico necessário à preparação do processo de licenciamento, fornecendo todos os dados técnicos requeridos. Este suporte técnico deve ser mantido até à receção pelo Serviço da licença emitida pela APA, I.P.
- 3.** Os encargos com o licenciamento a que se refere o presente artigo são da responsabilidade do adjudicatário.

Procedimento n.º 4/2025

Concurso Público para aquisição de equipamento de imagiologia por ressonância magnética 1.5 Tesla para o Hospital da Horta, E.P.E.R. no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 01, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, Medida 2 – Digitalização do Sector da Saúde